**TERMO DE REFERÊNCIA (TR)**

**1. OBJETO**

Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de corte de ligação de água no padrão (corte comercial), corte de ligação de água na rede (corte técnico), religação de água no padrão (religação comercial) e restabelecimento de água na rede (religação técnica), inclusive demolição e recomposição de pavimentos a serem executados na cidade de Juiz de Fora e Distritos atendidos pela CESAMA, com fornecimento de equipamentos, materiais hidráulicos, mão de obra, demais insumos necessários e meios de transporte adequados para o eficaz desempenho dos trabalhos.

**2. JUSTIFICATIVAS**

2.1 Eficiência e cumprimento de prazos na realização dos cortes e das religações, objetivando redução da inadimplência e aumento da receita.

2.2 Visando reduzir a inadimplência com consequente aumento de receita bem como o cumprimento de prazos regulamentares referentes ao corte comercial, técnico, restabelecimento comercial e técnico, a presente contratação visa atender as necessidades da Cesama buscando eficiência e qualidade na prestação dos serviços ora relacionados, com menores custos e mais agilidade, buscando sempre a modicidade tarifária, e garantindo a melhoria contínua no processo de gestão comercial bem como a sustentabilidade da Companhia.

2.3 Esta contratação refere-se à aquisição de objeto de natureza comum, cujo padrão de desempenho e qualidade é objetivamente definido por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, enquadrando-se no art. 32, inciso IV da Lei Federal nº. 13.303/16, a saber, a modalidade pregão.

2.4 Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste Termo de Referência, entende-se que é conveniente a **vedação** de participação de empresas em “consórcio” neste certame. Não podendo haver parcelamento do objeto.

**3. RECURSOS FINANCEIROS**

3.1 Os recursos financeiros necessários aos pagamentos do objeto desta licitação são oriundos da CESAMA.

**4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

Para a execução dos serviços, objeto do certame, a empresa deverá cumprir as obrigações a seguir, além daquelas estabelecidas nos diversos apêndices em destaque ao **apêndice VII – Regulamentação de Serviços.**

* 1. **Administração Local e Infraestrutura**

**4.1.1** Disponibilização de escritório com estrutura mínima de salas, banheiros, refeitório, pátio para carros e almoxarifado na cidade de Juiz de Fora, equipado com móveis, computadores, impressoras, telefone fixo e móvel, acesso à internet, além de todo e qualquer insumo, necessário a perfeita execução dos trabalhos com capacidade e quantidades suficientes;

**4.1.2** Além do fornecimento dos materiais, equipamentos e mão de obra, caberá à Contratada fornecer ainda toda infraestrutura logística de apoio, as placas de serviços e demais dispositivo de sinalização e segurança do trânsito, ficando sob sua inteira responsabilidade quaisquer danos pessoais e/ou materiais provenientes da inobservância dessas obrigações, quando da realização dos serviços de corte (comercial e técnico) e restabelecimento do abastecimento de água.

**4.1.3** Os serviços diários serão transferidos e recebidos pela Cesama através de transmissão de dados via WEB, respeitando normas específicas e layout de dados da Cesama, no período da manhã até as 8h e entregues até as 18h do mesmo dia, em casos esporádicos a Cesama aceitará o retorno até as 9h do dia subsequente.

**4.1.4** A responsabilidade de aquisição, manutenção e carregamento dos equipamentos de informática, ship de dados para os equipamentos de leitura e ferramental de corte/religação são de única e total responsabilidade da CONTRATADA. Os equipamentos deverão obedecer às especificações mínimas obrigatórias discriminadas no **Apêndice V - Equipamentos e Insumos.**

**4.1.5** A CONTRATADA providenciará a operação da transmissão de dados, carga e descarga dos equipamentos de corte/religação nos próprios equipamentos utilizados para execução dos serviços, em casos de exceções no próprio escritório ou na Cesama. Será fornecido pela CONTRATADA os equipamentos de leitura e os chips necessários para execução dos serviços em campo.

* 1. **Corte Comercial**

Entende-se por corte comercial (por demanda ou inadimplência), a suspensão do fornecimento de água em uma **ligação**, sem retirada de hidrômetro podendo este ocorrer nas seguintes modalidades:

* + 1. **Corte comercial com obstruidor:**

Conforme **apêndice VIII – Desenho 1**

* + 1. **Corte comercial com obstruidor e lacre no registro**:

Conforme **apêndice VIII – Desenho 2**

* + 1. **Corte comercial com fechamento de válvula de corte**

Conforme **apêndice VIII – Desenho 3**

* + 1. **Corte comercial com lacre do registro com caixa fechada**

Conforme **apêndice VIII – Desenho 4**

* + 1. **Corte comercial com lacre do registro**

Conforme **apêndice VIII – Desenho 5**

**4.2.6 Consumo Final**: realizado com a instalação de dispositivo de interrupção de fluxo de água na caixa padrão sendo obrigatória a leitura do consumo atual antes do início dos serviços, assim como, informação da data de execução.

**4.2.7** O Corte Comercial (qualquer modalidade) ocorrerá por inadimplência do consumidor ou a seu pedido.

* 1. **Corte Técnico**

Entende-se por corte técnico (por demanda ou inadimplência), a supressão do fornecimento de água **no ramal predial externo** em uma determinada ligação, com a retirada do hidrômetro podendo este ocorrer de forma regionalizada ou não, nas seguintes modalidades:

**4.3.1 Corte técnico com a retirada do hidrômetro e obstruidor instalado próximo a caixa.**

Conforme **apêndice VIII – Desenho 6**

**4.3.2 Corte técnico com a retirada do hidrômetro e obstruidor instalado na calçada.**

Conforme **apêndice VIII – Desenho 7**

* + 1. **Corte técnico com a retirada do hidrômetro e capeamento do ramal ou na parede ou na calçada:**

Conforme **apêndice VIII – Desenho 8**

* + 1. Antes do início dos serviços de supressão do fornecimento de água em um ramal predial externo com retirada de hidrômetro, é **obrigatória** a leitura do consumo atual.
    2. O hidrômetro é um equipamento de medição cujo manuseio requer cuidados especiais, sua retirada e seu transporte deverão obedecer os critérios e norma, para não danificá-lo.

**4.3.6** O Corte Técnico (qualquer modalidade) ocorrerá por demanda ou inadimplência.

* 1. **Religação Comercial**

Entende-se por religação comercial, o ato de desfazer a operação de corte comercial em qualquer das modalidades com o objetivo de restabelecer o fornecimento de água de forma regular no imóvel, cessado as razões que motivaram o corte.

4.4.1 **Consumo Inicial:** Antes do início dos serviços de religação comercial, é **obrigatória** a leitura do consumo atual do hidrômetro que será considerado “consumo inicial”.

* 1. **Restabelecimento Técnico**

O restabelecimento técnico consiste no ato de desfazer a operação de corte técnico no Ramal Predial Externo e instalar hidrômetro com o objetivo de restabelecer o fornecimento de água de forma regular no imóvel.

**4.5.1 Consumo Inicial:** Antes da instalação do hidrômetro deve registrar o número do hidrômetro e consumo inicial, dando conhecimento ao usuário.

**4.5.2** O hidrômetro é um equipamento de medição cujo manuseio requer cuidados especiais, sua retirada e seu transporte deverão obedecer aos critérios e norma, para não danificá-lo.

* 1. **Glossário – Apêndice I**
  2. **Recursos Humanos da Contratada – Apêndice II**
  3. **Treinamento dos Empregados da Contratada – Apêndice III**
  4. **Uniformes dos Empregados da Contratada – Apêndice IV**
  5. **Equipamentos e Insumos – Apêndice V**
  6. **Orçamento Estimado – Apêndice VI**
  7. **Regulamentação dos Serviços – Apêndice VII**
  8. **Desenhos Técnicos – Apêndice VIII**
  9. **Fiscalização – Apêndice IX**
  10. **Modelos e Formulários – Apêndice X**
  11. **Cronograma de Serviços – Apêndice XI**
  12. **Códigos de Ocorrências - Apêndice XII**
  13. **Sistema de Comunicação – Apêndice XIII**
  14. **Nível de Acordo de Serviços – Apêndice XIV**

**Observação: Todos os Apêndices estão vinculados ao Termo de Referência.**

**4.20** Os serviços que integram este Termo de Referência podem variar para mais ou para menos dependendo da sazonalidade, demandas dos usuários e índice de inadimplência.

**5. VALORES MÁXIMOS ACEITÁVEIS**

5.1 A estimativa do valor do objeto da contratação de serviços foi realizada a partir dos seguintes critérios:

5.2. O valor máximo aceitável estimado é de **R$2.885,682,78 (Dois milhões oitocentos e oitenta e cinco mil seiscentos e oitenta e dois reais e setenta e oito centavos,** tendo como mês de referência Março/2025, conforme discriminado no arquivo “**APÊNDICE VI - Orçamento Estimado**”, que integra este Termo de Referência.

5.3. O preço ofertado pelo proponente deverá considerar: os valores de quaisquer gastos ou despesas diretas ou indiretas; custos com salários, exames admissionais, encargos sociais, tíquete alimentação, vale transporte, uniforme, EPI, ferramental, fornecimento de todos os materiais hidráulicos (exceto hidrômetro); custos de mobilização/desmobilização; administração local com toda infraestrutura necessária e equipe de supervisão e condução dos trabalhos com seus respectivos encargos sociais; ainda: custos de veículos leves e motocicletas (adicional de periculosidade), IPVA, licenciamento, seguros dos veículos e motocicletas, manutenção e combustível; impostos Municipal, Estadual e Federal; custo da administração central; e, previsão de lucro. E, tudo mais que se fizer necessário para execução do contrato.

5.4. Foi utilizada como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação, foi à atualização do preço do contrato atual, reajustado de 3,97% (IPCA conforme pesquisa abaixo) sobre os serviços e, os cortes comerciais na primeira faixa foi reajustado nos 3,97%, na faixa de 4001 a 5000 a bonificação será de 10% (dez por cento) do valor da faixa de 0 a 4000 e, na faixa Acima de 5000 a bonificação será de 10% (dez por cento) do valor da faixa de 4001 a 5000. Os demais serviços foram reajustados em 3,97%(três vírgula noventa e sete por cento), utilizando a mesma metodologia.

5.5. Em conformidade Manual de Planejamento das Contratações, parte integrante do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama (RILC), conforme abaixo:

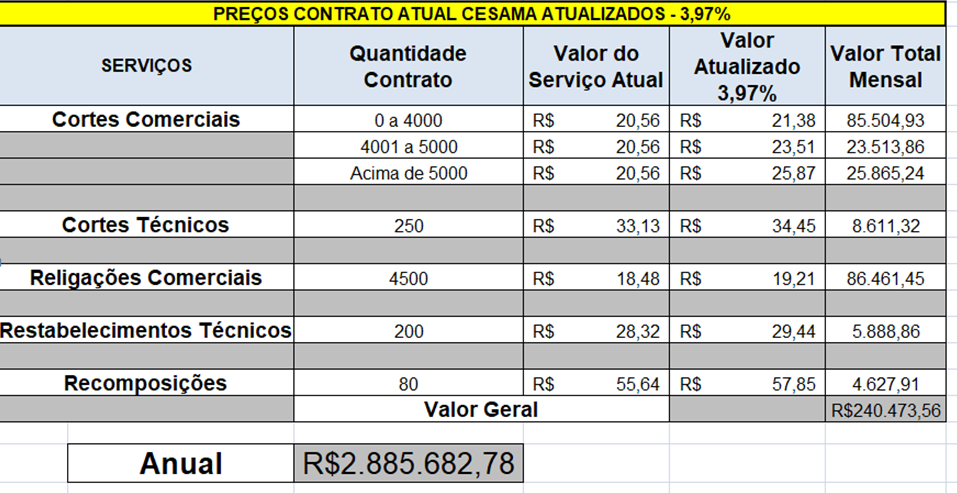
Art. 23. Para aquisições e contratações de serviços comuns a estimativa do valor do objeto da contratação no caso de aquisições ou de contratação de serviços comuns será realizada a partir dos seguintes critérios:

I. dados de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal, estadual ou municipal ou ainda em bancos de preços contratados pela Cesama;

III. contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente.



Fonte: https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus



**6. EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO**

6.1. Para habilitação a empresa licitante deverá apresentar, além da documentação exigida no Edital, os seguintes documentos de cunho técnico:

6.2. Atestado de capacidade técnica a ser apresentado em papel timbrado da pessoa jurídica e indicar os serviços e os prazos das atividades executadas pelo licitante conforme abaixo:

1. Serviço de Suspensão (sem retirada de hidrômetro) do fornecimento de água - CORTE COMERCIAL e/ou Serviço de Supressão (com retirada do hidrômetro) do fornecimento de água - CORTE TÉCNICO - de no mínimo 2.200 (duas mil e duzentas) unidades por mês. Será aceito o somatório de no máximo 3(três) atestados, desde que se refiram a serviços executados de forma concomitante, sendo um dos atestados correspondente a no mínimo 1.320(um mil trezentos e vinte) do quantitativo mensal e ainda;

a.1) O quantitativo solicitado acima em relação aos cortes comerciais e técnicos, se fazem necessários para que a empresa demonstre a expertise nas execuções de um mínimo de serviços diante da necessidade da demanda exigida no contrato.

a.2) Para não restringirmos a participação no certame, possibilitamos a apresentação do somatório de 3(três) empresas da qual a participante esteja prestando os serviços mencionados acima concomitantemente.

1. Serviços de religação (sem instalação de hidrômetro) do fornecimento de água - RELIGAÇÃO COMERCIAL, e/ou RESTABELECIMENTO TÉCNICO (com instalação de hidrômetro) e/ou LIGAÇÃO DE ÁGUA - de no mínimo 1.920 (mil novecentas e vinte) unidades por mês. Será aceito o somatório de no máximo 3 (três) atestados, desde que se refiram a serviços executados de forma concomitante, sendo um dos atestados correspondentes a no mínimo 1.152 (mil cento e cinqüenta e dois) do quantitativo mensal.

b.1) O quantitativo solicitado acima em relação às religações comerciais e técnicas, se fazem necessários para que a empresa demonstre a expertise nas execuções de um mínimo de serviços diante da necessidade da demanda exigida no contrato. Sendo este serviço uma demanda dos nossos usuários, posteriores à execução dos cortes comerciais e técnicos.

b.2) Para não restringirmos a participação no certame, possibilitamos a apresentação do somatório de 3(três) empresas da qual a participante esteja prestando os serviços mencionados acima concomitantemente.

**6.3 – JUSTIFICAR AS EXIGÊNCIAS DOS ATESTADOS**

6.3.1 As exigências das atestações técnica operacional e técnico profissional justificam-se pela complexidade e porte do objeto deste certame, apresentado no item 6.2 - Especificação Técnica, garantindo para a CESAMA a certeza de contratação de uma empresa experiente que possa executar os serviços objeto deste contrato dentro dos padrões estabelecidos pela CESAMA neste termo de referência.

6.3.2 A atestação solicitada é a mais adequada, objetiva e atende as premissas de relevância técnica e financeira deste certame, sem prejuízo da competitividade.

**6.4. EXIGENCIAS PARA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO- FINANCEIRO**

a) certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (exigíveis e devendo ser apresentados na forma da lei, de acordo com a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; e ITG 1.000 – Manual de Contabilidade Simplificada para Micros e Pequenas Empresas), devendo ser observado o Princípio da Comparabilidade;

c) demonstração de patrimônio líquido de, no mínimo, 10% (dez por centro) do valor máximo aceitável do certame para utilização no período de 12 meses;

d) comprovação de boa situação financeira apurada através dos índices: Liquidez Corrente maior ou igual 1,0 (um inteiro) calculado pela fórmula: LC = AC / PC Sendo LC = Liquidez Corrente, AC = Ativo Circulante e PC = Passivo Circulante.

Grau de Endividamento com índice de 0,5 para o objeto da contratação, calculado pela fórmula: GE = (PC + PNC) / AT Sendo GE = Grau de endividamento, PC = Passivo Circulante, PNC = Passivo Não Circulante; e AT = Ativo Total.

e) As exigências e orientações estão de acordo com o Manual de Planejamento das Contratações, parte integrante do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama (RILC).

**7. MEDIÇÕES E PAGAMENTO**

**7.1. Medições**

7.1.1 As medições serão elaboradas mensalmente pelo gestor/fiscal do contrato designado pela Cesama, e deter-se-ão sobre os serviços executados no período correspondente ao dia 1º a 30 ou 31 de cada mês, para fins de registro contábil e pagamento, ou em outro período determinado pela fiscalização da Cesama.

7.1.1.1. Para elaboração da medição a CONTRATADA deverá entregar em forma de relatório junto com as planilhas digitais, apontando todos os serviços efetivamente executados.

7.1.1.2. A Cesama terá até 5 (cinco) dias úteis para analisar (aprovar/reprovar) os apontamentos referentes aos cortes e religações efetivamente executados e apontados na medição. Expirado este prazo sem nenhuma manifestação por parte da Cesama, a CONTRATADA estará liberada para emitir a NFSe – Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, já que a medição neste caso estará automaticamente aprovada.

7.1.1.3. Em caso de reprovação da medição total ou parcial, a CONTRATADA terá até 3 (três) dias úteis para reapresentar a mesma com as modificações solicitadas. Caso isso não ocorra, a Cesama não aceitará a medição e a mesma deverá ser incorporada na medição do mês seguinte.

7.1.1.4. A devolução da medição não aprovada, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços.

7.1.1.5. O valor a ser pago mensalmente à CONTRATADA será o resultado da multiplicação dos preços unitários constantes da planilha de preços pela quantidade de serviços efetivamente executados e aceitos, apurados na medição do período.

7.1.1.6. As medições atentarão à Avaliação Mensal de Conformidade (AMC) definida no **Apêndice XIV**.

7.1.2 As medições somente serão efetuadas se ocorrerem serviços no período  
supramencionado.

7.1.3 As medições poderão ser efetivadas até 10 (dez) dias do mês subsequente ao período considerado no **item 7.1.1**, data limite para emissão pela Cesama da ordem de faturamento.

**7.2 Pagamentos**

7.2.1 A CESAMA efetuará os pagamentos relativos aos compromissos assumidos, através de medições mensais, **30 (trinta) dias** após a execução dos serviços com a apresentação e aceitação da Nota Fiscal pelo departamento competente da CESAMA.

7.2.2 Caso o vencimento ocorra no sábado, domingo, feriado ou ponto facultativo para a Cesama, o pagamento será realizado no primeiro dia subsequente.

7.2.3 O pagamento será efetuado através de depósito em conta bancária ou via **TED** (transferência eletrônica disponível), cujas tarifas extras correrão por conta da Contratada.

7.2.4 A Nota Fiscal Eletrônica – NF-e – deverá ser enviada para o e-mail [nfe@cesama.com.br](mailto:nfe@cesama.com.br), [defc@cesama.com.br](mailto:defc@cesama.com.br).

7.2.5 O pagamento só poderá ser realizado em nome da contratada e os boletos não poderão, em hipótese nenhuma, ser pagos em nome de outro beneficiário.

7.2.6 Deverá constar na descrição da Nota Fiscal / Fatura o número da licitação e ou número do contrato.

7.2.7 – A CESAMA aguardará todas as documentações exigidas para prosseguimento do pagamento.

**7.2.8. Para efetivação do pagamento**, a **CONTRATADA** deverá apresentar junto a Nota Fiscal:

1. **Folha de Pagamento** contendo nome do empregado, número da Carteira de Trabalho e Previdência Social – **CTPS**, data de admissão e salário pago relativo aos empregados designados para a prestação dos serviços;
2. Apresentar cópia do contra cheque e folha de ponto de cada empregado;

b.1) Terá força de contra cheque o comprovante de depósito em conta bancária, aberta para esse fim em nome de cada empregado, com o consentimento deste, em estabelecimento de crédito próximo ao local de trabalho, conforme disposto no art. 464, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Devendo neste caso, apresentar FOLHA DE PAGAMENTO ANALÍTICA;

1. Arquivo de Detalhamento da Guia FGTS, onde consta o nome de todos os trabalhadores e valor recolhido para cada um, bem como o total da guia a ser paga, e o comprovante de pagamento devido;
2. DARF Previdenciário, relativo aos empregados designados para trabalhar no serviço, objeto desta contratação, com devido comprovante de pagamento;
3. Certidões atualizadas de regularidade junto ao INSS, ao FGTS e a Justiça do Trabalho;
4. Todas as comprovações deverão ser do período de referência ao pagamento.

7.2.9 Todos os valores apresentados deverão estar de acordo com o salário mínimo da classe a que pertencer os empregados, sem o qual a CESAMA ficará inibida da quitação da NotaFiscal / Fatura.

7.2.10 O recolhimento do INSS e do FGTS referente aos serviços deverá ser feito de forma individualizada, por tomador, e esta condição deverá ser comprovada mensalmente, a cada emissão de Nota Fiscal.

7.2.11 O pagamento **SOMENTE** será efetuado:

1. Após a aceitação da Nota Fiscal / Fatura.
2. Após o recolhimento pela contratada de quaisquer multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplemento contratual.
3. Após o cumprimento do disposto no **item 7.2.8**.

7.2.12 Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

7.2.13 O CNPJ da Contratada constante da Nota Fiscal / Fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo.

7.2.14 Será utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA como índice para reajuste de preços.

7.2.14.1 Para o primeiro reajuste, o marco inicial para a concessão do reajustamento de preços é a data limite da apresentação da proposta comercial.

7.2.14.2Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo a última repactuação. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

7.2.15 Na hipótese de ocorrer atraso no pagamento da Nota Fiscal / Fatura por responsabilidade da CESAMA, esta se compromete a aplicar, conforme legislação em vigor, juros de mora sobre o valor devido “*pro rata”* entre a data do vencimento e o efetivo pagamento.

7.2.16 A Contratada não poderá ceder ou dar em garantia, em qualquer hipótese, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos do contrato.

7.2.17 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

7.2.18 Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos tributos que incidirem sobre o objeto deste Contrato.

7.2.19 A antecipação de pagamento só poderá ocorrer caso o serviço tenha sido entregue.

7.2.20 A Cesama poderá realizar o pagamento antes do prazo definido no **item 7.2.1**, através de solicitação expressa da contratada, que será analisada pela Gerência Financeira e Comercial, de acordo com as condições financeiras da Cesama. Havendo a antecipação do pagamento, o mesmo sofrerá um desconto financeiro, e o índice a ser utilizado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acrescido de 1% (um por cento) “*pro rata*”.

**8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. Executar o Contrato fielmente, conforme definido no Termo de Referência e seus anexos.

8.2. Arcar com todos os custos e encargos resultantes da execução do objeto do presente contrato, inclusive impostos, taxas, emolumentos incidentes sobre a prestação do serviço, e tudo que for necessário para a fiel execução dos serviços contratados.

8.3 Atender às determinações da fiscalização da CESAMA e providenciar a imediata correção, quando esta for solicitada.

8.4 Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços, substituindo aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem ao Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão do Contrato.

8.5 Cumprir os prazos previstos no Termo de Referência ou outros que venham a ser fixados pela CESAMA.

8.6Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do Contrato, durante toda a sua vigência, a pedido da CESAMA.

8.7 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato.

8.8 Providenciar a correção das deficiências apontadas pela CESAMA com respeito à execução do serviço.

8.9 Executar o objeto do presente Termo de Referência nas condições e prazos estabelecidos, seguindo ordens e orientações da CESAMA.

8.10 Manter informação atualizada sobre seu quadro de empregados efetivos, contatos telefônicos, cópia da CTPS, cadastro para acesso aos sistemas, e-mail e outros que se fizerem necessários para o bom andamento da contratação.

8.11. A CONTRATADA deverá encaminhar ao Departamento de Saúde e Segurança do Trabalho da CESAMA, antes do início dos serviços, para o e-mail smt@cesama.com.br, no **prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos** após a assinatura do contrato, os documentos abaixo relacionados, sem os quais, não será emitida a Ordem de Serviço:

a) Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR;

b) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO;

c) Nome e telefone para contato do responsável pela Segurança e Medicina do Trabalho da CONTRATADA.

8.11.1. Recebida a documentação, o Departamento de Saúde e Segurança do Trabalho da CESAMA comunicará ao gestor do contrato para que seja emitida a Ordem de Serviço.

8.11.2. Até a primeira medição contratual, a contratada deverá encaminhar ao Departamento de Saúde e Segurança do Trabalho da CESAMA, para o e-mail smt@cesama.com.br, a documentação abaixo relacionada, **sem a qual não será efetuado o pagamento:**

a) Cópia de Fichas de EPIs dos empregados na forma física ou eletrônica;

b) Atestado de Saúde Ocupacional - ASO de todos os empregados.

8.11.3 Havendo alteração na equipe de trabalho que atua na execução do objeto deste Contrato, a CONTRATADA se obriga a apresentar à CESAMA os documentos relacionados no **item 8.11.2**, referentes ao empregado admitido e que irá compor a equipe de trabalho.

8.11.4. A cada renovação contratual, fica a CONTRATADA obrigada a reapresentar a documentação relacionada no **item 8.11.2.**

8.12. Atender as normas e procedimentos vigentes, e/ou fornecidos pela CESAMA, observando sempre as versões atualizadas.

8.13. Fornecer todos os materiais e insumos necessários à execução dos serviços, os quais já possuem seus custos previstos nos preços unitários dos serviços.

8.14. Cumprir integralmente o disposto na Lei 6.514/77 e Portaria 3.214/78 e demais normas vigentes do Município, Estado e Federação com relação à Segurança e Medicina do Trabalho, fornecendo a seus empregados, número suficiente de uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPI’s), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC’s) e de Sinalização.

8.15. A CONTRATADA será responsável pela substituição dos profissionais contratados caso estes não atendam às necessidades da CESAMA ou apresentem atitudes incompatíveis em sua postura profissional.

**8.16. ORIENTAÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO**

8.16.1. Orientações iniciais de segurança para serviços de corte de ligação de água no padrão (corte comercial), corte de ligação de água na rede (corte técnico), religação de água no padrão (religação comercial) e restabelecimento de água na rede (religação técnica), inclusive demolição e recomposição de pavimentos:

8.16.1.1. Cumprir e fazer seus funcionários cumprirem todas as normas de segurança e medicina do trabalho;

8.16.1.2. Instruir seus empregados, usando treinamentos admissionais e periódicos além de outros meios, quanto às precauções a tomar para evitar acidentes do trabalho, doenças ocupacionais e fadiga;

8.16.1.3. Não permitir o acesso às áreas da obra de funcionários trajando roupas inadequadas ou sem equipamentos de proteção individual adequados;

8.16.1.4. Constituir e manter a CIPA (ou designado) ou Comissão Provisória de Prevenção de Acidente e o SESMT obedecendo a normas específicas;

8.16.1.5. Fornecer todos os equipamentos de proteção necessários (priorizando os coletivos ante os individuais) e treinar os trabalhadores sobre o uso e limitações;

8.16.1.6. Realizar os exames médicos previstos em lei com a devida periodicidade;

8.16.1.7. Comunicar formalmente à Segurança e Medicina do Trabalho da CESAMA acidentes e doenças relacionadas ao trabalho com as devidas providências tomadas para correção das causas;

8.16.1.8. Manter equipamentos de trabalho adequados e com manutenção realizada (incluindo veículos), operados por trabalhadores treinados em seu uso;

8.16.1.9. Informar à CESAMA os produtos químicos utilizados no processo mantendo cópias das FISPQ nos locais de trabalho para consultas pela CESAMA;

8.16.1.10. Manter os rótulos dos produtos utilizados afixados em seus recipientes, assim como gerar orientação formal sobre condições seguras de armazenamento (reações químicas, inflamabilidade, quedas, etc.);

8.16.1.11. Verificar a necessidade do pagamento de adicional de insalubridade ou periculosidade pelo local de execução e/ou pelas atividades propriamente ditas;

8.16.1.12. Cumprir a legislação de segurança em instalações e serviços em eletricidade - NR-10, não permitir a realização de atividades que envolvam risco elétrico por pessoa não autorizada com especial atenção a cabos subterrâneos;

8.16.1.13. Cumprir a legislação de trabalho em altura - NR 35 (quando aplicável);

8.16.1.14. Cumprir a legislação de trabalho em espaços confinados – NR 33 (se aplicável);

8.16.1.15. Atender às exigências de toda a legislação relativa à Segurança e Medicina do trabalho, especialmente NR- 18- Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;

8.16.1.16. Cumprir o proposto no PCMAT, PPRA, PCMSO e demais programas destinados à manutenção da segurança e saúde dos trabalhadores;

8.16.1.17. Utilizar as áreas de vivência (inclusive refeitórios) da CESAMA, quando necessário, possível e viável, para seus funcionários ou manter permanentemente local adequado conforme legislação vigente, incluindo-se também a proteção contra intempéries;

8.16.1.18. Providenciar meios adequados para aquecimento das refeições, sendo proibido uso de fogareiros improvisados;

8.16.1.19. Fornecer água potável aos funcionários no local de trabalho em condições e quantidades adequadas ficando proibido o uso de copos coletivos;

8.16.1.20. Manter próximo ao local de trabalho instalações sanitárias adequadas, inclusive com estrutura para higienização das mãos, etc.(quando necessário);

8.16.1.21. Atentar para adequação de alojamentos conforme legislação vigente (quando necessário);

8.16.1.22. Atender às exigências das Normas de Segurança no que tange a rampas, plataformas de trabalho, escadas de acesso, andaimes, etc., assim como a movimentação de cargas;

8.16.1.23. Manter a área de trabalho organizada;

8.16.1.24. Transportar os trabalhadores em condições adequadas conforme legislação vigente usando Vans, cabines suplementares, etc.;

8.16.1.25. A sinalização de segurança em vias públicas deve ser dirigida para alertar os motoristas, pedestres e em conformidade com as determinações do órgão competente;

8.16.1.26. Escavar obedecendo às normas vigentes (inclusive NBR 9061/85) garantindo estabilidade do talude, sinalização adequada, colocação de material retirado e meio de acesso/saída da escavação;

8.16.1.27. Atentar para destinação correta de resíduos sólidos e líquidos, conforme legislação específica;

8.16.1.28. Atender à Resolução CESAMA N. 005/24 encaminhando ao Departamento de Saúde e Segurança do Trabalho da CESAMA pelo e-mail smt@cesama.com.br:

8.16.1.28.1. Antes do início dos serviços, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a assinatura do contrato:

8.16.1.28.1.1. Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR;

8.16.1.28.1.2. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO;

8.16.1.28.1.3. Nome e telefone para contato do responsável pela Segurança e Medicina do Trabalho da contratada.

8.16.1.28.2. Até a primeira medição contratual, a documentação abaixo relacionada, sem a qual não será efetuado o pagamento:

8.16.1.28.2.1. Cópia de Fichas de EPIs dos empregados na forma física ou eletrônica;

8.16.1.28.2.2. Atestado de Saúde Ocupacional - ASO de todos os empregados.

8.16.1.29. Manter atualizado junto ao DEST / Cesama:

8.16.1.29.1. A relação de funcionários;

8.16.1.29.2. Exames médicos Ocupacionais realizados

Observações:

No termo funcionário devem-se entender trabalhadores próprios e/ou subcontratados.

Estas orientações são iniciais devendo ser revistas diante de maiores definições da atividade ou no seu início, sempre atendendo à legislação e recomendações técnicas.

**9. OBRIGAÇÕES DA CESAMA**

9.1. Emitir as solicitações de serviços através de Ordem de Serviço, após a assinatura do Contrato.

9.2. Efetuar todos os pagamentos devidos à Contratada, nas condições estabelecidas.

9.3. Fornecer as instruções necessárias à execução e efetuar todos os  
pagamentos devidos à Contratada, nas condições estabelecidas.

9.4. Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

9.5. Rejeitar todo e qualquer material ou serviço de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Termo de Referência.

9.6. Exigir o cumprimento de todos os itens deste Termo de Referência, segundo suas especificações e prazos.

9.7. A CESAMA não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela  
empresa Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do  
presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em  
decorrência de ato da empresa Contratada e de seus empregados, prepostos  
ou subordinados.

9.8. Notificar a empresa Contratada de qualquer irregularidade constatada, por  
escrito, para que seja sanada sob pena de incorrer nas sanções previstas  
neste Termo de Referência.

9.9. Todas as requisições e notificações trocadas entre as partes devem ser feitas por escrito.

**10. JULGAMENTO**

10.1. O critério de julgamento será o de menor preço, representado pelo **menor preço global**, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

**11. PENALIDADES**

11.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas no edital e seus anexos, inclusive no Contrato, a Contratada ficará sujeita às penalidades previstas no RILC - Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CESAMA, além das previstas neste termo de referência, no edital e no contrato.

11.1.1 O atraso injustificado na prestação dos serviços sujeita a CONTRATADA ao pagamento de multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) para cada dia de atraso, até o limite de 30% (trinta por cento),sobre o valor global do Contrato.

11.2. Pela inexecução, total ou parcial do Contrato, a CESAMA poderá aplicar à CONTRATADA isoladamente ou cumulativamente:

a) advertência;

b) multa meramente moratória, como previsto no **item 11.1.1** ou multa-penalidade de até 3% (três por cento) sobre o valor do Contrato;

c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CESAMA, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

**12. ACORDO DE NIVEL DE SERVIÇO (ANS)**

O Acordo de nível de serviços está detalhado no **Apêndice XIV**.

**13. CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO**

13.1. O contrato obedecerá às disposições da Lei Federal nº13.303 de 30/06/2016 e alterações posteriores, bem como as disposições deste Termo de Referência e preceitos do direito privado, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão.

13.2. São partes integrantes do Contrato, independente de transcrição, o Aviso de Licitação, o Edital e seus anexos, o Termo de Referência e a proposta do licitante vencedor e seus anexos.

13.3. O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) **meses** contados a partir da assinatura do contrato.

13.4. A CONTRATADA deverá manter escritório em Juiz de Fora, chefiado por preposto, mantendo-o à disposição da CESAMA que responderá por todas as reivindicações pertinentes aos serviços.

13.4.1. A CONTRATADA deverá dispor de equipamentos suficientes para a execução dos serviços, além de manter equipamentos sobressalentes para substituição, assim como, quantidade de empregados que cumpram o número de serviços estipulados neste Termo de Referência/Contrato. Em caso

13.4.2. O escritório deverá conter móveis, microcomputadores, impressoras, e demais equipamentos necessários, com capacidade e quantidades suficientes para a correta execução dos serviços.

13.5. O regime de execução do Contrato será empreitada por preço unitário.

13.6. O contrato pode ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 05 (cinco) anos, de acordo com o art. 71 da Lei n.º 13.303/2016, por acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo, observada a oportunidade e vantajosidade.

13.7. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões no Contrato estabelecidos no art. 81, §1º da Lei Federal nº 13.303/16.

13.8. Conforme o art. 105, inciso X, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama, toda prorrogação de prazo será justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente da CESAMA para celebrar o Contrato.

13.9. Sempre que for necessário acrescer ou reduzir os valores e/ou prazos contratuais, as modificações procedidas deverão fazer parte de aditamento a ser assinado pelas partes. Eventuais acréscimos nas quantidades do objeto da licitação, quando necessário, poderão ser admitidos desde que autorizados pela CESAMA, com base nos preços unitários contratados.

13.10. Para assinatura do Contrato a empresa deverá comprovar a regularidade de situação perante o INSS, o FGTS e a Justiça do Trabalho, através de certidões dentro do prazo de validade.

13.11. Para a efetiva contratação, o licitante vencedor deverá estar quite com a CESAMA, quando sediado ou domiciliado no município de Juiz de Fora/MG. Caso tenha algum débito, o mesmo deverá ser quitado para que o contrato possa ser assinado.

13.12. A empresa Contratada deverá iniciar a prestação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do Contrato e/ou da solicitação formal por parte da CESAMA.

13.13. O licitante vencedor se obriga a assinar o Contrato em até 05 (cinco) dias  
úteis, contados a partir da data do recebimento da notificação da CESAMA,  
respondendo pelos ônus dos tributos que incidam ou venham a incidir sobre  
o ato ou instrumento que o formalize conforme art. 60 do RILC.

13.14. O prazo previsto **item 13.13** poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa do licitante vencedor e autorização da Cesama.

13.15. Decorrido o prazo do item anterior e não comparecendo o licitante vencedor para a assinatura do Contrato, o mesmo será considerado como desistente.

13.16. Ocorrendo a hipótese descrita no **item 13.15**, serão convocados, sucessivamente, para contratação os licitantes classificados imediatamente após o desistente, dentro dos prazos e nas mesmas condições do primeiro classificado, inclusive quanto ao preço oferecido, conforme art. 75 da Lei 13.303/2016 ou na impossibilidade de se aplicar o disposto no referido artigo a Cesama deverá revogar a licitação.

13.16. Ficam reservados à fiscalização o direito de solicitar da contratada, a qualquer tempo, a documentação de pessoal (quadro de pessoal e carteiras de trabalho), de veículos (CRLV's), notas de aquisição de materiais e demais documentos inerentes a contratação, seguro dos veículos (carros e motos), além daqueles mencionados neste Termo de Referência e seus anexos.

**14 DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

14.1. No que se refere a inexecução e a rescisão do contrato, aplica-se o disposto no Manual de Convênios e de Gestão e Fiscalização de Contratos, parte integrante do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama (RILC).

14.2. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis.

14.3. Constituem motivo para rescisão do contrato os especificados no Manual de Convênios e de Gestão e Fiscalização de Contratos, parte integrante do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama (RILC).

14.4. A rescisão do contrato poderá ser:

I. por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;

II. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Cesama;

III. judicial, nos termos da legislação.

14.5. Pela imprescindibilidade da execução contratual para a  
continuidade de serviços públicos essenciais, a rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I, do item acima, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada a outra parte com antecedência mínima de 90 (noventa dias).

14.6. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido regularmente comprovados, e no caso da Contratada poderá ter ainda direito a:

I. Quando houver devolução da garantia;

II. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III. Quando houver pagamento do custo da desmobilização.

**15. GARANTIA CONTRATUAL**

15.1 Para assegurar a plena execução do objeto contratual será exigida a garantia contratual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições nele estabelecidas.

**16. DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. A presente contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a CESAMA e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela Contratada para a execução do objeto contratual, sendo a Contratada a única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

16.2. A CESAMA e a Contratada poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, nos termos do artigo 81, inciso VI, da Lei n. 13.303/16, por novo pacto precedido de cálculo ou de demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

16.3. A CESAMA reserva para si o direito de não aceitar nem receber qualquer produto em desacordo com o previsto neste Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto no Manual de Convênios e de Gestão e Fiscalização de Contratos, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama (RILC), assim como aplicar o disposto no inciso VI do artigo 29 da Lei nº 13.303/16, sem prejuízo das sanções previstas.

16.4. Qualquer tolerância por parte da CESAMA, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela Contratada, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a CESAMA exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

16.5. A Contratada, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou quaisquer encarregados, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, de forma direta ou indireta, à CESAMA, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se à CESAMA o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

16.6. A Contratada guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações ou documentos fornecidos pela CESAMA ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedadas todas ou quaisquer reproduções dos mesmos, durante a vigência do ajuste e mesmo após o seu término.

16.7. Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela Contratada durante a execução do objeto contratual serão de exclusiva propriedade da CESAMA, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização da CESAMA, sob pena de responsabilização administrativa, civil ou criminal, nos termos da legislação.

16.8. A contratação será formalizada mediante celebração de contrato, nos termos do **art. 98, do RILC**.

16.9. Aplicam-se a esta contratação a Lei Federal 13.303 de 30 de junho de 2016, e alterações posteriores, inclusive aos casos omissos, bem como a Lei nº 12.846 – Anticorrupção, a Política Anticorrupção, o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, o Código de Ética da CESAMA, e a legislação municipal civil e ambiental aplicáveis ao objeto da contratação como também, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018.

16.9.1. Toda e qualquer atividade de tratamento de dados deve atender às finalidades e limites previstos na contratação e estar em conformidade com a legislação aplicável, principalmente, mas não se limitando à Lei 13.709/18 ("Lei Geral de Proteção de Dados" ou "LGPD").

16.10. A CESAMA, constituída na forma de empresa pública, não é contribuinte do ICMS, observando, portanto, o regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS – SEFAZ/MG), em seu Anexo IX, Capítulo XXXVI, que dispõe:

*Art. 304-A. Na hipótese de operação tendo como destinatário pessoa não contribuinte do imposto, a mercadoria poderá ser entregue neste Estado em local diverso do endereço do destinatário, desde que no campo “Informações complementares” da nota fiscal constem a expressão “Entrega por ordem do destinatário” e o endereço do local de entrega*.

Renato Rios Meyer

DEFC - CESAMA

Autorizado/Aprovado por

Robson Ferreira Dutra

GEFC - CESAMA

Rafaela Medina Cury

DRFA - CESAMA